

**CONCURSO COMUM**

**RECRUTAMENTO DE PESSOAL**



[Clique aqui para se candidatar](#)

**I.**

Identificação da Entidade promotora

1. Entidade promotora do concurso: INSTITUTO MARÍTIMO PORTUÁRIO
2. Direção de Serviço/Departamento: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS

**II.**

Identificação do procedimento concursal

1. Procedimento concursal: N° 1/IMP/2021
2. Tipo de Concurso: Procedimento Concursal Comum
3. Modalidade quanto à origem dos candidatos: Concurso Externo

**III.**

Função / Nível/ Número de vagas / Natureza do vínculo/ Remuneração

1. Função: Inspetor/ Oficial Marinha de Ponte ou de Máquinas
2. Nível: Inspetor Superior
3. Vagas: 2 (duas)
4. Regime: emprego

5. Natureza do vínculo: contrato de trabalho
6. Remuneração ilíquida: 125.034\$00

#### **IV.**

Habilitações literárias de Base/Área de Formação/

1. Habilitações literárias de base: Licenciatura ou Mestrado
2. Área(s) de formação: Ciências Náuticas, Engenharia de máquinas marítimas, Engenharia Naval, Segurança Marítima, Gestão de transportes marítimos e áreas afins.

#### **V.**

Requisitos/Perfil/Disponibilidade/Atribuições/

1. São requisitos obrigatórios para o ingresso:
    - a) Ter nacionalidade Cabo-verdiana, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
    - b) Ter idade superior a 18 anos;
    - c) Ter robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao específico exercício das respetivas funções;
    - d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não estar interditado para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
    - e) Habilitação literária que confere o grau de Licenciatura;
    - f) Comprovativos de experiência profissional.
  2. O candidato deve ter o seguinte perfil:
-

- a) Formação Superior que confere grau de Licenciatura ou Mestrado, devidamente comprovada em: Ciências Náuticas, Engenharia de máquinas marítimas, Engenharia Naval, Segurança marítima, Gestão de transportes marítimos, e áreas afins;
- b) Bons conhecimentos das Convenções, Códigos e Regulamentos da Organização Marítima Internacional - IMO, Organização Internacional do Trabalho - OIT, para além da legislação marítima nacional e do direito cabo-verdiano;
- c) Oficial Chefe de Quarto de Navegação (sem limitações) e certificação na regulamentação STCW II/1, ou superior, com um mínimo de 4 anos de experiência de mar;
- d) Qualificação na área marítima ou de transportes acompanhada de 6 anos de experiência profissional (mais valia);
- e) Experiência comprovada em operações marítimas e conhecimento das normas e regulamentos marítimos e da terminologia usada;
- f) Capacidade de realizar tarefas de forma eficaz e eficiente e de acordo com os objetivos definidos, sob supervisão mínima;
- g) Resiliência, organização do trabalho e gestão da atividade sob pressão;
- h) Orientação para resultados;
- i) Ética, integridade, discrição e sigilo no desempenho da função;
- j) Sentido de responsabilidade e rigor na execução das tarefas;
- k) Redigir e apresentar relatórios técnicos complexos utilizando os métodos e técnicas adequadas na sua elaboração;
- l) Pró-atividade, flexibilidade e dinamismo;
- m) Facilidade de comunicação, relacionamento interpessoal e de adaptação aos vários contextos psicossociais e profissionais de forma rápida e eficaz;
- n) Capacidade para gerir conflitos no contexto de trabalho e resolver problemas e imprevistos.

- o) Bons conhecimentos das línguas portuguesa, inglesa e francesa;
  - p) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
  - q) Exclusividade e disponibilidade imediata.
3. O candidato deve estar disponível para:
- a) Ocupar imediatamente o cargo;
  - b) Exercer funções em qualquer lugar onde a entidade promotora tiver ou vier a ter os serviços.
4. São atribuições do serviço ao qual os inspetores serão afetados:

A Direção de Serviços de Segurança Marítima tem por missão principal apoiar o Conselho Diretivo do IMP na definição de estratégias e políticas de regulação técnica, nomeadamente, de segurança marítima e inspeção de navios e na promoção da sua execução, e supervisionar e regulamentar a segurança e proteção marítima (safety & security), de modo a garantir a eficácia e eficiência no cumprimento das normativos nacionais e internacionais no setor marítimo e portuário.

## **VI.**

### Apresentação de candidaturas

1. Forma e lugar de apresentação de candidaturas:
- a) As candidaturas podem ser apresentadas em formato papel ou, preferencialmente, em suporte eletrónico.
  - b) A apresentação da candidatura em suporte papel é efetuada na receção da Direção Nacional da Administração Pública - DNAP, sendo que, no ato de receção da candidatura efetuada presencialmente, é obrigatória a emissão de recibo, que deve ser guardado.
  - c) A apresentação da candidatura em suporte eletrónico é efetuada na plataforma eletrónica limesurvey em utilização na

DNAP, devendo os candidatos imprimir e guardar o correspondente recibo comprovativo.

d) Na apresentação da candidatura ou de documentos através de correio registado com aviso de receção atende-se à data do respetivo registo para efeitos de contagem do prazo de impugnação.

## 2. Prazo para apresentação de candidaturas:

O prazo de submissão de candidatura é de, 10 (dez) dias corridos, a contar do 5º dia s da publicação do presente regulamento de concurso no site <https://dnap.gov.cv> , página eletrónica da DNAP.

## 3. Documentos a apresentar:

3.1. No ato de candidatura os candidatos devem apresentar, obrigatoriamente os seguintes documentos e informações comprovativos da titularidade dos requisitos legalmente exigidos para o provimento das vagas a preencher:

- a) Requerimento de candidatura;
- b) Fotocópia do documento de identificação;
- c) Fotocópia do Atestado médico válido, para a prova da robustez física e perfil psíquico;
- d) Fotocópia do Atestado de registo criminal válido, para a prova da idoneidade para o exercício de funções públicas;
- e) Fotocópia do Certificado de conclusão de curso ou formação realizado em Cabo Verde, ou Certificado de equivalência, em caso de curso ou formação realizada fora de Cabo Verde, para prova de habilitações literárias exigidas para o exercício do cargo e do desempenho das funções a ocupar;
- f) Curriculum Vitae;
- g) Comprovativos de experiência profissional.

3.2. O candidato pode ainda apresentar:

- a) Histórico escolar de licenciatura ou mestrado;
- b) Cartas de recomendação;
- c) Documento relevante de participação em equipas de trabalho nas áreas pertinentes do sector marítimo e portuário.

4. A falta de documentos obrigatórios exigidos no regulamento de concurso, no dossier de candidatura implica a exclusão do candidato na Verificação documental.

5. Não se encontram abrangidos pela exclusão referida no número anterior os candidatos que não apresentem documentos obrigatórios cuja emissão depende de uma instituição, desde que a sua apresentação seja efetuada no prazo de 5 (cinco) dias seguidos após o término do prazo de candidatura e devendo neste caso, o candidato juntar no lugar do documento o recibo comprovativo do pedido de sua emissão;

6. Na situação prevista no número anterior, o candidato deve enviar a documentação em falta através do endereço do correio eletrónico [concursos.publicos.rh@gmail.com](mailto:concursos.publicos.rh@gmail.com) ou proceder à sua entrega na receção da DNAP, caso for apresentada em formato papel, identificando a entidade promotora do concurso e o número de concurso ao qual se candidatou.

7. A DNAP não se responsabiliza pelas candidaturas que deixem de ser concretizadas na plataforma eletrónica por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que não sejam da responsabilidade da DNAP.

## VII.

### Verificação documental

1. Findo o prazo para a apresentação de candidaturas, procede-se à verificação documental.
2. A verificação documental consiste na atividade de constatação, da entrega pelos candidatos, de todos os documentos

considerados obrigatórios, de acordo com o regulamento de concurso.

3. Na verificação documental, são excluídos os candidatos que:

- a) Não procedam à entrega de pelo menos 1(um) dos documentos obrigatórios exigidos no concurso;
- b) Procedam à entrega dos documentos obrigatórios exigidos, fora do prazo estabelecido no regulamento do concurso;
- c) Procedam à entrega de documentos obrigatórios exigidos fora dos respetivos prazos de validade;

4. Nesta fase, o Júri de concurso verifica, ainda, a capacidade de o candidato com deficiência exercer a função, mediante a análise do documento médico oficial que comprove a deficiência.

5. Finda a verificação documental, é elaborada a lista final de candidaturas admitidas e não admitidas, que deve conter de forma sucinta, as razões de exclusão dos candidatos e a indicação expressa do prazo para reclamação.

## **VIII.**

### Métodos de seleção aplicados no concurso

1. Para efeito de seleção dos candidatos ao presente concurso, são aplicados obrigatoriamente os seguintes métodos de seleção:

- a) Triagem curricular;
- b) Provas de conhecimento;
- c) Provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões;
- d) Entrevista de seleção.

2. Os métodos referidos no número anterior, são aplicados de forma faseada, pela ordem de precedência com que foram enunciados no número anterior e têm caráter eliminatório.

3. Triagem Curricular - visa avaliar os requisitos, as qualificações e a experiência profissional do candidato na área relevante para o cargo ou a função a desempenhar, com base na análise do respetivo currículo profissional.

3.1. Na triagem curricular, de acordo com as exigências da função em que se inserem a vaga a preencher, são obrigatoriamente considerados:

a) Habilitação Literária de Base (HLB) - (habilitação académica de base ou níveis de qualificação profissional de base) concluídas, reconhecidas ou certificadas pelas entidades competentes, na(s) área(s) solicitada(s), à data do término das candidaturas;

b) Formação complementar (FC), em que se consideram as pós-graduações (mestrado ou doutoramento), ou as ações de formação e aperfeiçoamento profissional e que traduzem competências relevantes para a função ou o cargo;

c) Experiência Profissional (EP), em que se considera o desempenho efetivo de funções na área de atividade ou na função para a qual o concurso é aberto por um determinado período de tempo.

3.2. O resultado da triagem curricular é expresso da seguinte forma:

3.2.1. Aceite, quando o currículo do candidato se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento.

3.2.2. Não aceite, quando o currículo do candidato não se adequa ao perfil mínimo da função previamente definido no presente regulamento;

3.3. No método de triagem curricular, os candidatos são excluídos pelos seguintes motivos:

a) Não cumprimento dos requisitos definidos no perfil da função;

b) Desadequação do perfil, da experiência profissional, de formação complementar ou de outros requisitos, face ao perfil da função.



3.4. Na Triagem curricular apenas são considerados os elementos cuja comprovação consta do dossier de candidatura.

4. Provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões (CMA) -destinam-se à recolha de informação sobre cada um dos candidatos, através de provas diversas, individuais ou de grupo, ou testes psicométricos, que permitem avaliar e comparar os diversos candidatos nas competências comportamentais, aptidões e motivações exigidas ou desejáveis para o desempenho da função na qual se inserem as vagas a preencher.

4.1. O resultado das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é valorado na escala de 0 a 20 valores, com a valoração até às décimas, considerando-se positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores.

4.2. O resultado das provas de avaliação de competências, motivações e aptidões é expresso da seguinte forma:

- a) Muito favorável, correspondendo-lhe a pontuação igual ou superior a 15 valores;
- b) Favorável, correspondendo-lhe a pontuação de 10 a 14 valores;
- c) Não favorável, correspondendo-lhe a pontuação inferior a 10 valores.

4.3. No método provas de avaliação de competências, motivações ou aptidões, são excluídos os candidatos que revelem uma desadequação ao perfil e ou à experiência profissional ou a outros requisitos, face ao perfil da função, e que tenham obtido a classificação inferior a 10 valores, ou seja, não favorável.

5. Entrevista (E) - visa avaliar e comparar, numa relação interpessoal, as aptidões e motivações dos candidatos.

5.1. A aplicação da entrevista de seleção baseia-se num guião, composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido.

5.2. O resultado da entrevista de seleção é valorado na escala de 0 a 20 valores, com a valoração até às décimas, considerando-se positiva a pontuação igual ou superior a 10 valores.

5.3. O resultado da entrevista de seleção é, expresso da seguinte forma:

- a) Muito favorável, correspondendo-lhe a pontuação igual ou superior a 15 valores;
- b) Favorável, correspondendo-lhe a pontuação de 10 a 14 valores;
- c) Não favorável, correspondendo-lhe a pontuação inferior a 10 valores.
- d) A entrevista é aplicada por tranches de 2 em 2 candidatos por ordem decrescente de classificação respeitando a prioridade até à satisfação das necessidades

5.4. Na entrevista, são excluídos os candidatos que revelem uma menor adequação ao perfil, quando comparados com outros candidatos e que tenham obtido a classificação inferior a 10 valores, ou seja, não favorável.

## **IX.**

### Critérios de classificação preferencial

1. No presente concurso, em situações de igualdade de valoração, têm preferência na ordenação final:

- a) Os candidatos portadores de deficiência, desde que não impeditiva para o exercício da função, com preferência para os desempregados;
  - b) Os candidatos que tenham frequentado com aproveitamento o estágio profissional na Administração Pública.
  - c) Os candidatos que se encontrem em situação de desemprego;
  - d) O candidato que desempenhe funções ou resida fora do município em que se situa a entidade promotora do concurso, desde
-

que nesse município ou em município limítrofe o cônjuge ou unido de fato tenha um vínculo com a administração pública ou com uma entidade de direito privada.

2. Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1, a apresentação da prova do desemprego é efetuada no ato da entrevista final de seleção, através da declaração negativa de inscrição do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ou declaração negativa de rendimentos da Repartição das Finanças do local da residência do candidato ou de qualquer dos seus serviços centrais.

3. Subsistindo o empate, nas situações acima previstas o júri deve ordenar os candidatos preferencialmente em função da maior classificação obtida nos métodos de seleção pela ordem em que foram aplicados, quando outra forma de desempate não tenha sido publicitada no regulamento do procedimento concursal.

#### **X.**

Classificação e ordenação final dos candidatos após aplicação de cada método de seleção

1. Após a aplicação de cada um dos métodos de seleção, é elaborada a lista de classificação final provisória dos candidatos excluídos do concurso e admitidos à fase seguinte;

2. Findo os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos o júri elabora as seguintes listas de classificação final definitivas:

a) a lista de classificação final dos candidatos admitidos à etapa de aplicação do método seguinte;

b) a lista de classificação final dos candidatos excluídos do concurso.

3. Nos métodos de seleção em que o resultado não é valorado as listas de classificação final dos candidatos, são ordenadas por ordem alfabética.

4. Nos métodos de seleção em que o resultado é valorado na escala de 0 a 20 valores, as listas são ordenadas por ordem decrescente.

5. Na elaboração das listas a classificação final dos candidatos deve ser expressa de seguinte forma:

- a) Aceite e não aceite após a triagem curricular;
- b) Aprovados e não aprovados após as provas de conhecimento;
- c) Apto e não apto após as provas físicas;
- d) Muito favorável, favorável e não favorável após aplicação das provas de avaliação de competências;
- e) Muito favorável, favorável e não favorável após aplicação da entrevista de seleção;
- f) Aprovados e não aprovados após o curso de formação específica.

6. As listas de classificação final provisória, devem indicar os prazos e as entidades junto das quais o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

## **XI.**

### Classificação e ordenação final dos candidatos no concurso

1. Após a aplicação de todos os métodos de seleção é elaborada a lista de classificação e ordenação final provisória dos candidatos selecionados e não selecionados no concurso.

2. A lista de classificação e ordenação final provisória é unitária, e indica:

- a) A classificação final de cada candidato, ordenada por ordem decrescente;

b) A indicação dos prazos e da entidade junto da qual o candidato interessado pode reclamar e interpor recurso hierárquico em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

3. Findos os prazos para as reclamações e os recursos ou decididos os que forem interpostos, o júri elabora as seguintes listas finais definitivas:

a) Lista final definitiva de todos os candidatos admitidos no último método de seleção aplicado no procedimento concursal;

b) Lista final definitiva dos candidatos excluídos do concurso;

c) Lista final definitiva dos candidatos selecionados para o provimento das vagas abertas ao concurso.

d) Lista final dos candidatos que integram a reserva de recrutamento caso houver.

4. Os prazos e as entidades junto das quais o candidato interessado pode reclamar e, ou interpor recurso, em caso de discordância com a sua classificação final e ou graduação na respetiva lista.

## **XII.**

### Publicação dos resultados

1. Todas as listas de classificação final são publicadas no site <https://dnap.gov.cv>, página eletrónica da DNAP.

2. A notificação dos candidatos é efetuada com a publicação da lista final provisória dos candidatos excluídos do concurso e admitidos à fase seguinte do procedimento concursal.

3. São ainda publicadas as informações relativas à data, hora, local e orientações para o programa das provas de conhecimentos, provas físicas, curso específico de formação, provas de avaliação de competências, a agenda de entrevista de seleção caso couber e

quaisquer outras informações pertinentes cuja necessidade surja no decorrer do procedimento.

4. A consulta das listas e das informações publicadas é da inteira responsabilidade do candidato.

### **XIII.**

#### Acesso à informação

1. Para os esclarecimentos relativos à publicação do regulamento, submissão das candidaturas e publicação das listas e recurso, o candidato deve contactar a DNAP através dos números de telefone 333 73 17/333 73 12 ou ainda através do endereço de correio eletrónico [concursos.publicos.rh@gmail.com](mailto:concursos.publicos.rh@gmail.com)

2. Para as demais informações relacionadas ao concurso o candidato deve contactar o presidente da comissão de gestão do processo de recrutamento da entidade promotora ou elemento da comissão designado como ponto focal para o procedimento concursal), através dos telefones : 232 43 42/ 333 63 85 ou através do endereço de correio eletrónico : [esther.monteiro@imp.cv](mailto:esther.monteiro@imp.cv)

3. Os candidatos podem ter acesso ao seu dossier de candidatura, prova de conhecimentos e grelha de correção na: Direção Administrativa Financeira de Recursos Humanos da entidade promotora do concurso.

### **XIV.**

#### Reclamações

1. As listas finais provisórias dos candidatos excluídos do concurso, e admitidos ao método de seleção seguinte, elaboradas na sequência de aplicação da verificação documental e da aplicação de cada um dos métodos de seleção previstos no presente regulamento, são passíveis de reclamação pelos candidatos.

2. Apenas é aceite uma reclamação de exclusão de candidatos, desde que se fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares aplicáveis aos procedimentos concursais.

3. As reclamações dos candidatos são apresentadas, nos seguintes prazos:

a) Três dias úteis, após a publicação das listas provisórias de candidatos admitidos e excluídos no termo da verificação documental e da aplicação de cada um dos métodos de seleção utilizados;

b) Cinco dias úteis, após a publicação da lista provisória da classificação final do concurso.

4. As reclamações dos candidatos são dirigidas ao Presidente do júri de concurso e quando apresentadas em suporte papel entregue na : IMP- Instituto Marítimo Portuário sito em: Edifício do EX-ACIAB, Rua Patrice Lumumba, Mindelo, S. Vicente, ou quando apresentadas por via eletrónica através do seguinte endereço de correio eletrónico: raul.soule@imp.cv .

1. Em qualquer dos casos, deve o candidato imprimir e guardar o respetivo comprovativo.

2. A decisão sobre a reclamação deve ser proferida e comunicada ao candidato reclamante pela mesma via que este a apresentou, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte à sua apresentação sob pena de indeferimento tácito.

## **XV.**

### Recursos

1. As decisões sobre as reclamações dos candidatos e as listas de classificação final definitiva após a homologação do relatório de concurso são passíveis de recurso pelos candidatos.

2. Apenas é aceite recurso de exclusão de candidatos e de homologação da lista final definitiva dos candidatos, desde que se

fundamente na existência de irregularidades ou incumprimentos das regras legais ou regulamentares aplicáveis aos procedimentos concursais.

3. O recurso dos candidatos é interposto no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação da decisão proferida pelo júri de concurso sobre a reclamação ou da publicação da lista final definitiva.

4. Os recursos dos candidatos em concursos abertos na Administração Pública Central, direta ou indireta, são dirigidos ao dirigente máximo do Serviço Central, quando apresentados em suporte papel na receção do Serviço Central ou quando apresentados por via eletrónica através do seguinte endereço de correio eletrónico [recursos.recrutamentos@gmail.com](mailto:recursos.recrutamentos@gmail.com)

5. Em qualquer dos casos, os candidatos devem imprimir e guardar o recibo comprovativo da apresentação do recurso.

6. A decisão sobre o recurso interposto deve ser proferida e comunicada ao recorrente pela mesma via que este o interpôs, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do dia seguinte à sua apresentação, sob pena de indeferimento tácito.

## **XVI.**

### Cessação dos procedimentos concursais

1. Os procedimentos concursais comuns cessam com o preenchimento das vagas constantes dos correspondentes anúncios de abertura ou quando as mesmas não possam ser totalmente preenchidas por inexistência ou insuficiência de candidatos ou não satisfação das necessidades.

2. Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas pela entidade promotora do concurso pode, ainda, o concurso cessar por decisão do respetivo membro de Governo ou dirigente máximo, desde que não se tenha procedido à notificação da lista de classificação final dos candidatos.



**XVII.**

Prazo de validade do Concurso

O presente concurso é válido pelo prazo de dois anos após a data da publicação da lista de classificação final definitiva.

**XVIII.**

Integração dos candidatos na Reserva de recrutamento

Os candidatos selecionados no concurso, que não foram providos na vaga aberta, integram a Reserva de recrutamento, por um período de dois anos a partir da data da publicação da lista de classificação final do concurso.

**XIX.**

Data de publicação do regulamento

O presente regulamento foi publicado no dia 4 de maio de 2022.



---

**ANEXOS I do Regulamento de concurso**  
**Modelo de Requerimento de Candidatura**

Ao

Instituto Marítimo Portuário

Assunto: Apresentação de Candidatura

Entidade Promotora do Concurso (a): \_\_\_\_\_

Procedimento Concursal N.º (b): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, publicado  
no B.O. n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(c): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nascido (a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, telefone (s) n.º (s)  
\_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_,  
endereço(s) de correio eletrónico \_\_\_\_\_, vem,  
apresentar a sua candidatura no procedimento concursal supra  
referenciado, apresentando em anexo (d): \_\_\_\_\_ documentos  
exigidos no anúncio e no regulamento do concurso.

Por esta via declaro que, caso não seja selecionado no concurso, a  
entidade promotora deve proceder à destruição dos documentos  
constantes da minha candidatura, se, no prazo máximo de noventa  
dias, após a publicação do resultado final do concurso não  
proceder ao seu levantamento.

O (A) candidato (a)

\_\_\_\_\_

## **Anexo II com matérias para provas de conhecimento**

Retificação n.º 122/2021, de 19 de julho - Retifica e Republica a publicação feita de forma inexacta no Boletim Oficial n.º 41, I Série, de 20 de abril de 2021, referente a Decreto-lei n.º 37/2021, que procede à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 38/2018, de 20 de junho, que cria o Instituto Marítimo Portuário e aprova os respetivos Estatutos, B.O. n.º 71, I série, de 19 de julho.

Decreto-lei n.º 38/98, de 31 de agosto - Determina as entidades competentes para as vistorias e fiscalização das condições de segurança marítima e das embarcações, 1ª série do B.O. n.º 32 de 31/08/98.

Portaria n.º 30/2000, 18 de setembro - Regulamenta o DL n.º 38/98. Os tipos de vistorias para assegurar as condições de segurança das embarcações, B.O. n.º 28, I série de 18 de Setembro.

Decreto-legislativo n.º 14/2010, de 15 de novembro - Aprova o Código Marítimo de Cabo Verde. B.O. n.º 44, I série, 15 de Novembro;

Decreto-lei n.º 28/2016, de 12 de abril - Regula o registo, a nacionalidade, as marcas, a documentação, a arqueação de navios, as sociedades de classificação de navios os contratos de construção de navios, constantes do Livro IV do Código Marítimo de CV. B.O. n.º 26. I série de 12 de Abril;